

A GUERRA E O “INIMIGO NECESSÁRIO”

JOSÉ LUÍS FIORI

“ Da parte dos EUA, o que se deve esperar daqui para frente, é a prática recorrente do “bullyng militar” contra seus adversários, e contra os aliados de seus adversários..”

J.L F, “A nova estratégia americana”, JB, 4/03/2018

A divisão interna e a luta fratricida entre as elites americanas, deste início do século XXI, deve prosseguir e aumentar de intensidade nos próximos tempos, mas não deve alterar a direção, nem a velocidade de crescimento do poder militar dos Estados Unidos. Esse tipo de disputa não é um fenômeno novo nem excepcional na história dos Estados Unidos, e já se repetiu em vários momentos do século XX, todas as vezes em que os americanos tiveram que tomar decisões cruciais com relação ao exercício do seu poder mundial. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a divisão dos americanos frente à decisão de participar ou não da Primeira Guerra Mundial, e o mesmo voltou a acontecer com relação a sua entrada na Segunda Grande Guerra, e ao reconhecimento da derrota americana na Guerra do Vietnã. Uma divisão e um conflito interno que adquiriu uma forma ainda mais violenta, no assassinato do presidente Kennedy, na década de 60, na deposição do presidente Nixon, na década de 70, e na tentativa de *impeachment* do presidente Clinton, na década de 90. Nada disto, entretanto, afetou a marcha forçada dos Estados Unidos na direção do poder global que eles começaram a construir na Guerra Hispano-Americana, de 1898, e que alcançou uma dimensão sem precedentes, depois do fim da Guerra Fria, em 1991. Mais do que isso, os EUA sempre venceram suas crises internas “fugindo para frente”, e aumentando seu poder internacional, no plano militar e econômico, como estão procurando fazer agora, de novo, como forma de superar o terremoto provocado pela ascensão de Donald Trump.

Essa permanente “fuga para frente” só foi possível porque existe um consenso fundamental entre todos os partidos e facções civis, militares e burocráticas da elite americana, assentado sobre quatro pilares fundamentais:

- l) todos estão de acordo que os EUA devem ter e manter a liderança militar e econômica do sistema mundial;

- II) todos consideram legítima a utilização de qualquer meio que seja necessário para a conquista dos recursos indispensáveis ao exercício deste poder global;
- III) todos consideram, finalmente, que a “segurança energética” é uma prioridade absoluta de suas forças militares e de sua economia nacional, por cima de qualquer ideia ou princípio de soberania nacional.
- IV) e todos consideram, finalmente, que os EUA devem enfrentar e derrotar qualquer força que ameace o seu poder global. em qualquer momento e lugar do sistema internacional.

Desse ponto de vista, é quase impossível que prospere a proposta eleitoral do presidente Donald Trump de distender as relações dos EUA com a Rússia, através de acordos que definam as responsabilidades específicas de cada um em “áreas estratégicas”, definidas em comum acordo. O presidente Barack Obama já havia feito um movimento nessa direção, no início do seu primeiro mandato, mas foi prontamente demovido do seu objetivo pelos membros do seu próprio partido. E agora de novo, o presidente Donald Trump parece já ter sido convencido pela sua equipe de “segurança nacional” de que um acordo desse tipo implicaria na aceitação de áreas estratégicas que ficariam fora do controle americano e sob a tutela militar dos russos, o que seria inaceitável do ponto de vista do grande consenso bélico de que falamos, e que unifica as elites norte-americanas.

Além disto, a desmobilização do conflito entre os dois países deixaria os EUA sem o “inimigo necessário” para a justificação do seu “estado de guerra” permanente, e para a obtenção pelo governo dos recursos indispensáveis à expansão contínua da sua infraestrutura militar global. Um papel que a Rússia já vem cumprido há dois séculos, pelo menos, com relação às duas grandes potências anglo-saxônicas. Primeiro, com relação à Grã Bretanha, desde o fim das Guerras Napoleônicas, e durante todo o século XIX; e depois, com relação aos EUA, durante todo o período da Guerra Fria. Nos dois casos, primeiro a Rússia, e depois a União Soviética, cumpriram esse mesmo papel do inimigo que foi transformado numa espécie de “bússola estratégica” do Império Britânico, e do “poder global” dos EUA. E hoje, uma vez mais, apesar do fim do “comunismo soviético” e da URSS, em pleno século XXI, tudo indica que a Rússia já foi recolocada pelos “países de fala inglesa”, na condição do inimigo indispensável à preservação da supremacia mundial anglo-saxônica.

